



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Oral

Em 2009, o Governo iniciou uma inventariação dos terrenos abandonados. Em Março de 2011, segundo esta inventariação, 113 terrenos estavam ainda por desenvolver. Após averiguações, entendeu-se preliminarmente que o estado de abandono de 48 desses terrenos era imputável aos concessionários.

Desse conjunto de 48 terrenos, 12 estão localizados na península de Macau (2 terrenos para hotéis, 4 para construção industrial, 2 para escritórios e edifícios comerciais, 1 para edifícios residenciais, e 3 para edifícios residenciais e comerciais), e 36 terrenos situados nas ilhas (3 para construção de hotéis, 13 para edifícios industriais, 4 para edifícios residenciais, 12 para edifícios residenciais e comerciais, 3 para edifícios comerciais, e 1 para edifícios residenciais e comerciais com hotéis e escritórios).

Desde que se iniciou a inventariação dos terrenos em 2009, até ao ano de 2011 em que se confirmou que a responsabilidade do abandono de 48 terrenos era imputável aos concessionários, passaram-se 5 anos, mas nenhum desses terrenos foi retomado. Os cidadãos questionam quando é que os terrenos vão ser recuperados e duvidam se no fim será mesmo possível recuperá-los.

Assim sendo, no dia 23 de Outubro de 2014, apresentei, mais uma vez, uma interpelação escrita ao Governo sobre os 48 terrenos abandonados, na qual apresentei as três seguintes questões:



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

1. O Governo revelou há mais de um ano que, desses 48 terrenos abandonados, 22 se encontravam em processo de declaração de caducidade, mas até hoje não se viu nenhum resultado. As autoridades competentes, na recente resposta a uma interpelação, apenas frisavam a complexidade dos processos. No entanto, apesar dessa enorme complexidade, é impossível que, ao mesmo tempo, nenhum resultado se verifique em relação a todos os 22 terrenos. Desses 22 terrenos abandonados com processo de declaração de caducidade iniciado, será que alguns já entraram na fase de recurso judicial? Quantos terrenos têm processo de recurso judicial a decorrer e quantos estão ainda em fase de negociação das condições?

2. Do conjunto de 48 terrenos abandonados, para além de 22 já terem entrado na fase de declaração de caducidade, o público não sabe qual a situação dos restantes 26. Passados cinco anos, ninguém percebe o porquê dessa enorme dificuldade no processo de declaração de caducidade da concessão dos terrenos, havendo já a confirmação de que a responsabilidade do abandono é imputável ao concessionário. Que medidas estratégicas vai o Governo adoptar para acelerar o trabalho de recuperação dos terrenos?

3. A retoma e o tratamento dos terrenos abandonados têm sido efectuados “à porta fechada”, e o desconhecimento total por parte do



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

público torna impossível a fiscalização do trabalho de recuperação dos terrenos pelo Governo. Esse procedimento não será contrário ao princípio de “transparência do Governo” defendido pelo Chefe do Executivo?

Em finais de Dezembro do ano passado, por determinação do Chefe do Executivo, a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes deu uma resposta, utilizando como de costume as mesmas palavras gastas que já todos conhecem, tais como, “uma parte dos processos implica questões jurídicas complexas”, “casos diferentes têm as suas próprias características específicas”, etc. Todos sabem que “cada caso necessita de ser analisado individualmente”, “uma vez que cada caso é divergente no seu aspecto histórico-causal e nas condições da sua concessão, bem como divergente em termos de incumprimento das obrigações contratualmente assumidas pelos concessionários”. Mas o problema é que, após 5 anos – e já nem vale a pena referir os outros 26 casos – os 22 casos que já entraram na fase de declaração de caducidade têm ainda o processo a decorrer e nenhum caso foi declarado formalmente como caducado, já para não falar da retoma dos mesmos. É isto que dá que pensar.

Os cidadãos não sabem o que aconteceu, porque foi “à porta fechada”, mas pelo menos estamos cientes de que em 2011, após 2 anos, houve a confirmação da imputabilidade do abandono de 48 terrenos, sem haver a probabilidade de “dever-se a razões imputáveis à Administração devido a atraso na apreciação do projecto ou pela alteração do plano urbanístico”, logo,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

não há necessidade de falar sem parar de “fundamentos invocados para determinação da responsabilidade e das disposições legais aplicáveis”. Neste momento, ainda estão a discutir a questão da imputabilidade. Será que alguém está a fazer isso para ocultar a verdade e enganar intencionalmente o público?

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Em 6 de Fevereiro de 2012, o Director dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT), Jaime Carion, revelou publicamente que o Departamento de Gestão de Solos dos mesmos serviços já tinha terminado o relatório de investigação dos 48 terrenos em estado de abandono. Revelou ainda que 22 destes tinham entrado na fase de declaração de caducidade. Desde Fevereiro de 2012 até hoje, passaram-se 3 anos, mas não se concluiu o “processo” de declaração de caducidade de nenhum dos terrenos. Recentemente, na resposta do Governo a uma interpelação de um Deputado sobre a morosidade dos processos, realçou-se, meramente, a complexidade dos procedimentos, mas, independentemente desta complexidade, é impossível isto acontecer ao mesmo tempo com os 22 terrenos. Mesmo que o Governo responda que – “uma parte dos processos implica questões jurídicas complexas”, existe de certeza uma parte menos complexa, não é? Mas então porque é que não se conseguiu concluir nenhum processo?

2. Para além de 22 terrenos já terem entrado na fase de declaração



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

de caducidade, o público não sabe em que situação se encontram os restantes 26, do conjunto de 48 terrenos abandonados. Passados cinco anos, ninguém percebe o porquê dessa enorme dificuldade no processo de declaração de caducidade da concessão dos 26 terrenos, cuja responsabilidade do abandono já foi imputada ao concessionário. Que medidas estratégicas vai o Governo adoptar para acelerar o trabalho de recuperação dos terrenos?

3. A retoma e o tratamento dos terrenos abandonados têm sido efectuados “à porta fechada”, e o desconhecimento total por parte do público torna impossível fiscalizar o trabalho de recuperação dos terrenos pelo Governo. Este procedimento é claramente contrário ao princípio de “transparência do Governo” defendido pelo Chefe do Executivo. Os terrenos são recursos públicos. O deixar em abandono por muito tempo os recursos públicos preciosos é um assunto de interesse público, por isso não deve decorrer “à porta fechada”. Vai o Governo divulgar, quanto antes, quais são os 48 terrenos em causa, para que o Governo, os cidadãos e os sectores profissionais possam efectuar a fiscalização?

4 de Fevereiro de 2015.

O Deputado à Assembleia Legislativa
da Região Administrativa Especial de Macau,
Au Kam San